

X
ANC - CPEC

Ass Const.

Comissão

23 SET 1986

Sarney errou a conta da omissão

JORNAL DO BRASIL

Villas-Bóas Corrêa

M-ESTRE Afonso Arinos não saiu arranhado pelos espinhos que a sensibilidade poética do também acadêmico Carlos Castello Branco descobriu na rosa da condecoração que o presidente José Sarney pregou-lhe no peito, assim como quem sopra depois de morder, um pedido de desculpas pela decisão de não encaminhar, por iniciativa do governo, ao Congresso Constituinte, o anteprojeto constitucional elaborado pela comissão presidida, com notória competência e extrema dedicação, pelo eminente ex-senador carioca.



Coisas da política

É evidente que Sarney não cometeu um gesto intencional de descortesia com um velho amigo e companheiro de UDN. Por sua vez, o trabalho da comissão, com os seus méritos e defeitos, a sua carga polêmica, não sofrerá nenhum prejuízo com o recuo governamental. De certa maneira, até ganhou maior interesse, com o seu envolvimento num episódio menor e em via de ser superado.

De um jeito ou de outro, capeado por um papel assinado pelo presidente José Sarney ou levado por

mãos diligentes, o anteprojeto chegará ao Congresso Constituinte para cumprir o seu destino de representar um subsídio, um ponto de partida para os debates. Creio que isto é o que a comissão pretendeu fazer, numa interpretação extensiva da atribuição cometida por ato do presidente Tancredo Neves e reiterada pelo presidente José Sarney.

Ora, pelo andar da carruagem, o Congresso Constituinte não terá de condições de simplesmente ignorar, como uma sugestão impertinente ou imprestável, as 200 e tantas páginas do calhamaço composto pela comissão, em mais de um ano de demoradas reuniões, longuíssimos debates, intermináveis e eruditas discussões. Paira sobre a mediocridade da campanha, aqui e por toda a parte, o receio da eleição de uma assembléia de baixo nível, integrada por um punhado de inexperientes, de estreantes tangidos pela ânsia de renovação que se avoluma ante a rejeição contra o político profissional ou com os votos comprados pela dinheirama que, como uma praga, está se derramando por toda a parte.

Constituição é coisa séria. Reclama a decisão política, respaldada pelo debate popular, para a sua legitimidade, mas também exige a sapiência dos especialistas para a engrenagem coerente do sistema.

Pelo visto, não vão sobrar nem experiência nem competência numa Constituinte de entressafra, espremida entre quase 21 anos de arbítrio que amesquinham a atividade parlamentar até o nível deprimente do Congresso de fim de festa que agoniza, chafurdando na

mais inqualificável desmoralização e as esperanças de grandes transformações.

O texto da comissão será fatalmente útil, servindo como um roteiro e um parâmetro que estabelece o mínimo admissível no atendimento das reivindicações sociais.

O que assusta e inquieta é a revelação de que o presidente José Sarney, atado por escrúpulos descabidos e com uma noção distorcida do papel fundamental e insubstituível que lhe cabe representar no processo de transição, pretende repetir, na montagem da futura Constituição, a atitude de omissão que, por conveniência, esperteza e habilidade vem sustentando, em parte, no curso da campanha.

Magistrado sim, mas em termos. O presidente ficou sem espaço, imprensado pelas rivalidades do PMDB e PFL na maioria dos estados. E optou pela comodidade de cruzar os braços, aguardando resultados que não ameaçam o Governo. Onde o seu interesse político pôde ser nitidamente diagnosticado, não faltou a ostensiva presença presidencial, influenciando nas articulações ou estimulando os ministros a uma ajuda mais consistente. O presidente José Sarney interfere e se empenha nas eleições do Maranhão, do Rio de Janeiro e de São Paulo. E, pelo visto, é só.

Resguardar-se, agora, das contradições de uma campanha que contrapõe os partidos que sustentam o governo, compreende-se. Até as exceções são justificáveis.

Na Constituinte é que Sarney não pode repetir a receita. São situações diversas e opostas. Ora, os partidos estão sendo destruídos na campanha e vão arribar ao Congresso aos cacos. Com a probabilidade de uma composição que confirme uma grande maioria conservadora e uma minoria de esquerda espalhada por muitas siglas em dissolução.

Mas, se o centro deverá ser amplamente majoritário, ele padecerá de uma desarrumação inevitável. Sem a solda dos partidos e sem o carisma de lideranças poderosas.

Se o cruzado sustentar o presidente José Sarney até lá com uma popularidade razoável, a maioria em desordem reclamará a sua liderança para começar a tarefa de botar ordem na casa. E, em qualquer caso, as decisões políticas fundamentais da Constituinte terão que passar pelo presidente Sarney. Desde a definição do seu mandato à da forma do regime.

A omissão alegada, para não ferir a autonomia da Constituinte, pode ser um truque para precaver-se, um pretexto para contornar a contrariedade do Dr Ulysses Guimarães com a proposta parlamentarista da comissão. Mas pode ser uma tolice, um erro de análise que necessita ser corrigido. O presidente da República não integra o Congresso Constituinte, não apresenta emendas, não intervém nos debates, não vota. Mas, como chefe da maioria presumida, não pode virar as costas, fechar os olhos e trancar-se no seu canto.